



Malan (D) ao lado de Roque Fernandez: ajuste reduzirá o déficit fiscal

Política cambial não vai mudar, reafirma Malan

MONTEVIDÉU - O Brasil não vai mudar a política cambial. "Esse é um compromisso do Governo, assim como o de manter a inflação baixa". A afirmação é do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que explicou o pacote de ajuste fiscal, ontem, aos ministros de economia dos países do Mercosul.

Sem um número preciso, mas reiterando a informação do presidente do Banco Central, Malan, disse que o Governo pretende reduzir o déficit em transações correntes para um nível inferior a 3% do PIB, em 1998. O pacote de medidas lançado na semana passada deve produzir também uma "forte redução" no déficit fiscal do setor público, segundo o ministro da Fazenda. Segundo relato de sua assessoria, na exposição que fez aos demais ministros sobre a situação da economia brasileira, Malan mencionou também a expectativa de analistas privados de que o crescimento do PIB deve ser de apenas 2% no próximo ano. Para 1997, ele manteve a previsão de uma expansão entre 3,5% e 3,9%.

Medo - A reunião de ministros foi precedida de grande expectativa por ser a primeira vez que as autoridades econômicas do Mercosul se encontraram depois da crise das bolsas de valores internacionais. A possibilidade de uma desvalorização do real é o maior temor dos sócios do País no Mercosul,

pelos efeitos negativos que tal medida teria na economia do bloco.

A Argentina, por exemplo, concentra cerca de 30% de suas exportações no mercado brasileiro, sendo que em alguns setores - como o de autopeças - essa proporção vai a 60%. Uma desvalorização do real reduziria o poder de compra dos brasileiros no mercado argentino, afetando as exportações daquele país.

Além de garantir a manutenção da política de câmbio, Malan reafirmou o empenho do governo de criar condições para que a economia brasileira - que representa quase 70% do PIB do Mercosul - volte a crescer às taxas anteriores "tão logo seja possível". De acordo com o ministro, as taxas de juros, o principal obstáculo ao crescimento, voltarão a cair na medida que o governo consiga diminuir o déficit fiscal, a poupança privada aumente, e tão logo termine a instabilidade nos mercados internacionais. O ministro observou, contudo, que a turbulência internacional não deve terminar rapidamente e seus efeitos ainda serão sentidos por alguns meses pelos países da região. Ele reafirmou ainda a disposição do governo de privatizar o Banespa em 1998, e disse que, nesse momento, não há nada que comprometa a solidez do sistema financeiro do País.